

2ª Conferência

Uma visão crítica da ética luterana

Na primeira conferência procurei, partindo da tese de um americano, delinear certos traços fundamentais da piedade luterana alemã. Estes traços se referem ao efeito despolitizante dessa piedade. Com o auxílio de uma análise do hinário e da compreensão da terceira petição do Pai Nosso, como se encontra difundida na comunidade, procurei demonstrar como o luteranismo educou os seus, no sentido de restringirem suas atividades à esfera privada e profissional. Ensinou-os a antes suportarem o sofrimento e as situações adversas do que combatê-los politicamente, bem como suas causas.

Esse modo de encarar a vida se reflete também em ditados e maneiras de expressão. Por exemplo, costuma-se dizer na Alemanha: "Sapateiro, fica tu com os teus sapatos!", isto é, não te atrevas a querer julgar qualquer coisa além dos limites da tua profissão. Em relação a isso conta-se uma bonita história da época dos príncipes territoriais: Certo "Landesvater" (verbalmente "pai territorial"; aparentemente os cidadãos encaravam-se a si próprios como seus filhos!) deu entrada, festivamente, numa cidade do seu principado. Os moradores tinham enfeitado as ruas e casas por onde ele passaria. Foi o que fez também um alfaiate, cuja oficina ficava junto à rua, colocando um cartaz com os dizeres: "Querido pai territorial, sob tuas asas posso passar roupa tranqüilamente." O sapateiro com seus sapatos, o alfaiate passando roupa e o príncipe governando — e assim o mundo se encontrava em perfeita ordem. Uma vez que o príncipe evidentemente não podia sozinho dar conta do recado de governar, contava para tanto com seus funcionários, que carregavam a "veste real". Não sei se existe em algum outro lugar algo parecido com o típico funcionário público alemão, com toda fidelidade aos seus deveres e com todo o seu horizonte limitado. O que dificilmente existirá em outro lugar é um ditado que ainda se encontrava num livro de leitura que usei quando ia à escola, e que apenas agora começa a cair no esquecimento: "Quem de Deus recebe uma função, dele também receberá a necessária inteligência, compreensão". E se isto é assim — quem haveria de criticar o portador de uma função, um funcionário ou até mesmo o sistema todo!

Gerhart Hauptmann escreveu uma peça teatral de cunho crítico-social, com o título "Os tecelões". Essa peça retrata a chocante miséria dos tecelões domésticos (Heimweber) e de suas famílias durante a época do início da industrialização. Quando os tecelões, desesperados, finalmente resolvem se revoltar, um velho tecelão permanece sentado junto ao seu tear, dizendo: "Foi aqui que meu pai celestes me colocou, aqui ficarei sentado até que ele me chamar." Pouco depois, uma bala o atinge, pela janela. — Nesta pequena cena encontramos lado a lado, estreitamente ligadas, o que há de mais glorioso e de mais miserável na piedade alemã luterana. O que há de glorioso: Até mesmo a existência humana mais miserável é entendida como vontade do Pai no céu. O homem não se encara com alguém que foi esquecido, lançado fora, não se encontra diante do abismo de um mundo sem sentido; sua piedade atribui à miséria um sentido profundo, sim, realmente, algo como um brilho secreto. Mas é um brilho falso, pois não é Deus quem quer a exploração. (Além disso, o Deus desses piedosos parece-se antes com Alá do que com o Deus da Bíblia, ao qual o homem sofredor dos salmos clama passionalmente: "Então, me esqueceste? Salva-me, por favor!") A pergunta pela origem da miséria não será levantada por aquele que encara tudo que acontece, pelo simples fato de estar acontecendo, como vontade de Deus.

A seguir nos perguntaremos como foi, afinal, que surgiu esse tipo de piedade luterana. Ele corresponde à vontade do próprio Lutero? Decerto que não. Ou: Teria surgido uma igreja luterana, se Lutero mesmo tivesse sido tão privativo, se tivesse sido um cristão "apenas interiormente", se tivesse deixado de interferir nos acontecimentos?

Afinal de contas, na época das indulgências e da degeneração da igreja, Lutero não era papa nem cardeal, mas um simples monge e professor de teologia, até então ainda bastante desconhecido. (Pensando "luteranamente") Quem foi que lhe deu o direito de levantar protesto (as 95 teses) e de sustentar esse seu protesto diante de todas as autoridades, do papa, do imperador, do parlamento, não tendo outra arma, a não ser os melhores argumentos?

Um direito (um direito oficial, documentado e reconhecido) era algo que Lutero certamente não tinha para fazer tudo isso. E, de fato, nos anos 1517 a 1520 mais de uma vez ele se sente impelido a prestar contas, em seus escritos, explicando por que se "atrevera" a atacar a doutrina e a ordem eclesiástica dominantes (ele o faz, por exemplo, na "Carta ao Papa Leão X.", que vem publicada na parte inicial do livrinho "Da Liberdade Cristã"). Quando Lutero dá tais explicações, ele sempre apresenta a mesma razão: o próprio estado de coisas da igreja exige a intervenção. Se o papa e os cardeais, que seriam em primeiro lugar os chamados a fazê-lo, não o fazem, então está na hora de que "mesmo o cristão mais humilde ajude".

Não há dúvida: o próprio Lutero era "capaz de agir". E certamente não foi sua intenção educar os demais cristãos e a comunidade a desistirem da ação. Pelo contrário, justamente Lutero, e ao seu lado principalmente Melancton, contribuiu muito para tornar as comunidades mais capazes de agir. Toda ação que tenha sentido, pressupõe antes de mais nada que se conheça e saiba alguma coisa. Justamente Lutero se empenhou para que fossem construídas escolas, para que os meninos e até as meninas pudessem ser ensinados, a fim de que se tivesse "gente capacitada e bem treinada" para as diversas especialidades. Pode-se dizer que a reforma luterana alfabetizou a Alemanha. Continuando em nossa reflexão: Toda ação que tenha sentido pressupõe que além de conhecimento e saber se disponha de critérios para poder julgar o que deve ser transformado. Foi exatamente para este fim que Lutero empreendeu o gigantesco trabalho da tradução da Bíblia; ele queria que o povo pudesse ler e julgar com os próprios meios, que se tornassem "cristãos emancipados" (adultos, maduros). Para que também os analfabetos fossem atingidos, todo pai de família deveria instruir "filhos e empregados domésticos"; e para tanto Lutero escreveu o Catecismo Menor. Tudo isso tinha sentido emancipacionista; a comunidade devia tornar-se apta para a crítica e para a ação. É o que mostra, entre outros, o escrito de 1523 que leva o título "Para que uma comunidade cristã tenha o direito e o poder de julgar toda doutrina, e de instalar e destituir pregadores". Em suma: Se ação pressupõe crítica e a capacidade para criticar pressupõe conhecimento e saber, Lutero fez muito para dar esses instrumentos aos cristãos do seu tempo.

Contemplemos mais uma vez aquela visão alimentada por Lutero, principalmente nos primeiros anos da Reforma, nos anos do chamado "movimento evangélico": comunidades constituídas de cristãos palpitantes, que conhecem e lêem a Bíblia, que também têm uma boa formação para lidarem com "negócios, assuntos do mundo", que são capazes de julgar doutrinas e instruções que vêm "de cima", capazes e com o direito de destituir maus mestres – comunidades, das quais pode partir uma reconvalescença paulatina da igreja e da sociedade toda. Pois Lutero nunca perdeu de vista o todo da cristandade. Ele não tinha em mente grupinhos separados de piedosos, que cultivassem uma vida própria e desconhecessem uma responsabilidade global, abrangente. O que ele tinha em mente eram "ecclesiolae in ecclesia", pequenas igrejinhas na igreja, que deveriam começar a transformar o todo, como o fermento na massa de pão.

Por que foi que essa bela visão não se realizou? Como pôde acontecer que, apesar ou por causa de Lutero surgissem, em vez das comunidades ativas e emancipadas, que o próprio Lutero desejara e para cujo desenvolvimento ele tanto fizera, como pôde

acontecer que surgissem em vez destas os cristãos luteranos individualistas e despolitizados?

Pretendo apontar três causas para este fenômeno. Não falarei da maldade geral do ser humano, que teria tornado impossível a realização de visões ideais tão belas. Colocado assim, de modo tão generalizado, isso seria uma ideologia, e não uma explicação da qual se pudesse aprender. As três causas históricas que eu gostaria de mencionar são as seguintes:

1) o choque da Guerra dos Camponeses, de 1525,

2) a doutrina dos dois reinos,

3) o sumo episcopado dos príncipes territoriais. Três causas bem diversas, portanto. Primeiro, um determinado acontecimento histórico. Em segundo lugar, uma teoria teológica. Em terceiro, a forma de organização da emergente igreja luterana. Haveremos de ocupar-nos principalmente com a segunda e a terceira causas, ou seja, com a doutrina dos dois reinos e com a administração eclesiástica exercida pelo Senhor Territorial ("landesherrliche Kirchenregiment"). Antes disso, porém, alguns comentários sobre o choque da Guerra dos Camponeses.

Certamente posso usar de brevidade, nesta matéria. Suponho que também aqui entre vocês esse tema tenha sido intensamente discutido nos últimos anos. Em traços breves e com alguma ironia eu diria o seguinte: Lutero imaginara a surgimento e os efeitos daquelas comunidades vivas "a partir de baixo" como algo um tanto idílico. Os camponeses iam mal. Ao ouvirem sobre a liberdade do cristão, ao divisarem diante de si o alvo de levarem uma vida digna, não podiam relacionar tudo isso apenas com a liberdade e cultura de suas almas. Em vez disso, esgotou-se a paciência daqueles que viviam à beira da sobrevivência. De início, queriam negociar, mas não queriam esperar até que "algum dia" as facilidades esperadas lhes fossem de fato concedidas "de cima". Eles queriam mudança "agora". E como suas exigências não encontrassem eco favorável, lançaram mão da violência.

A posição de Lutero é conhecida: Num primeiro escrito intitulado "Admoestação para a paz" conclamou os grandes proprietários rurais a examinar com benevolência as exigências dos camponeses, e apelou a estes que desistissem de usar a violência. Em dois escritos posteriores, surgidos após a eclosão da guerra, Lutero passou abertamente para o lado dos príncipes; não porque eles estivessem com a razão em tudo, mas porque violência vinda "de baixo" lhe parecia impossível. Em si, Lutero conhecia muito bem a situação miserável dos camponeses. Sua própria mãe procedia de uma pobre família de agricultores. No entanto, transformar essa situação com o auxílio da violência, o que evidentemente não era possível sem uma passageira, mas grave perturbação da ordem e da segurança, parecia-lhe totalmente incompatível com ser cristão.

Como efeito do choque, deixado pela guerra dos camponeses, não só no país como também no pensamento de Lutero, constata-se que, desde o início, o luteranismo se liga a uma aversão contra qualquer tipo de revolução. Também este aspecto continua a ter forte influência na Alemanha. Há alguns anos fiz uma viagem de estudos a Paris, com uma classe de alunos que concluíam o curso secundário. Em Paris organizamos um encontro com jovens franceses da mesma idade. No diálogo caiu o tema da grande Revolução Francesa. Foi com orgulho, realmente com brilho nos olhos, que os jovens franceses falaram sobre aquele acontecimento. Na sua consciência, "revolução" significava o mesmo que libertação. "Aquele acontecimento deu ao mundo a democracia", diziam eles. Já os jovens alemães associavam a Revolução Francesa unicamente com a guilhotina. Pensavam, com dó, na rainha Maria Antonieta; mas não se lembraram das vítimas do reinado absolutista. Lembrome de que os franceses argumentavam apaixonadamente: "Sem a Revolução Francesa vocês também não teriam hoje uma democracia!", e os alemães reagiam a isso com muito desconcerto.

A violência a partir "de baixo" é tida no luteranismo como sempre e incondicionalmente má; já a violência "de cima" é apenas condicionalmente má. Ela pode ser boa, pode ser até uma obrigação, como ainda veremos; violência "de baixo" jamais pode sê-lo. Por isso não podem existir revoluções justas; pode haver, porém, guerras justas, determinadas pela autoridade. Reside aí uma unilateralidade de juízo; e isso deve ser reconhecido até mesmo por aquele que rejeita a violência em todos os sentidos e se empenha antes por uma transformação sem violência. A unilateralidade do juízo luterano, porém, tem como uma de suas causas o choque da guerra dos camponeses.

Esses pensamentos de Lutero encontraram expressão numa de suas mais importantes doutrinas — mais importantes porque de maior alcance social — qual seja, a doutrina dos dois reinos. Resumindo-a em uma breve fórmula, essa doutrina diz que o Evangelho não pode servir para moldar o mundo. O cristão, em contraposição, vive do Evangelho em direção ao seu "homem interior". Ele o ouve, o crê, deixa-se consolar por ele, mas não retira dele alvos, objetivos para a sua ação no mundo.

Tudo isso parece ser difícil de entender e também tornou-se objeto de veemente discussão. Vocês sabem, com certeza, que justamente em nossos dias trabalha-se muito, em todo o mundo luterano, para descobrir o sentido original dessa doutrina de Lutero e protegê-la contra mal-entendidos e abusos. A Federação Luterana Mundial está fomentando trabalhos científicos e programas de estudo sobre esse tema. Por outro lado, principalmente os discípulos de Karl Barth não cessam de atacar veementemente a doutrina

dos dois reinos. Uma vez que temos aqui um tema amplo da teologia sistemática, só podemos tratá-lo, nesta conferência, em grandes traços. Quero fazê-lo da mesma maneira como venho desenvolvendo esta série de palestras, ou seja, partindo do efeito dessa doutrina sobre o cristão luterano normal. O que é que se ouve de sua boca?

Ele resume o que pensa sobre o engajamento do cristão no mundo, da seguinte maneira: "Religião não tem nada a ver com política". A religião é algo para o coração piedoso; a política é algo para os especialistas duros e não sentimentais. De forma um pouco mais detalhada, pode-se ouvir a frase: "A política e a economia têm suas próprias leis, nas quais a religião não pode interferir". Na Alemanha, falar-se do "regime próprio" (Eigengesetzlichkeit) da esfera política tornou-se praticamente um ditado. Por outro lado, se ouve: "Quem vai à igreja, convém que deixe a política do lado de fora da porta."

Era isso o que Lutero queria? Evidentemente não. Quem tem a menor noção de Lutero sabe que, já a partir do seu conceito de Deus, seria impossível que ele ensinasse tal coisa. Para ele, Deus é a realidade que a tudo determina; como poderia, então, existir um âmbito que tivesse, frente a ele, um "regime próprio"? O que pode significar, então, o enunciado de que o Evangelho não pode servir para moldar, dar forma, interferir no mundo?

Segundo Lutero, o Evangelho tem bem outra função: ele consola e liberta o coração do cristão. Ele lhe traz perdão dos pecados, leva-o a entrar no "Reino de Cristo", no qual imperam apenas a graça e o amor. Quem vive nesse reino, não quer mais outra coisa, senão relacionar-se com seu próximo dentro do mesmo espírito. Isto é, ele quer viver assim como consta no Sermão do Monte. O que é que lemos ali? "Amai os vossos inimigos, fazei o bem àqueles que vos ofendem e perseguem." "Se alguém te tirar o casaco, dá-lhe também o sobretudo." "Não resistais ao perverso. A quem te ferir na face direita, volta-lhe também a outra." "Bem-aventurados são os mansos, bem-aventurados são os pacificadores." Para o cristão, que recebeu o consolo do Evangelho, tudo isso não é lei, mas expressão daquilo que ele próprio mais gostaria de fazer. Quem vive no Reino de Cristo não precisa de lei.

Mas o cristão não vive só nesse reino; ainda não. Ele vive simultaneamente no "reino do mundo", e lá a coisa é diferente. Lá não vale o perdão, mas a represália; quem infringe uma lei é castigado. E, segundo Lutero, isso tem que ser assim, porque o mundo não é constituído apenas por verdadeiros cristãos. O mal passaria a dominar, caso não fosse coibido com rigor. No escrito "Da autoridade secular – a obediência que lhe é devida", de 1523, Lutero ilustra esse seu pensamento num exemplo drástico: Se um pastor colocasse lobos e ovelhas num cercado e os admoestasse a

viverem em paz, as ovelhas obedeceriam, mas não viveriam por muito tempo. Para a proteção das ovelhas é, por isso, importante que exista o caçador, que, com sua espingarda, mantém os lobos à distância.

A realidade do mal no mundo torna necessário que no reino do mundo se o enfrente com violência. Sob violência, evidentemente não se entende aqui o terror, nem um procedimento tirânico arbitrário. Lutero pensa, isso sim, na violência legítima da autoridade. O imperador tem a incumbência de exercê-la, assim como qualquer outro, no âmbito em que exerce sua autoridade; o juiz, a polícia, o verdugo são mencionados neste sentido, mas também o pai de família que deve zelar pela ordem em sua casa. O sentido dessa violência da autoridade é o de restringir o mal, de preservar o mundo, apesar da existência do mal, contra o caos, e mantê-lo até o dia do juízo final. Ao fazê-lo, a autoridade se orienta por leis ditadas pela razão, e que se assemelham tanto entre os cristãos como entre os pagãos como, por exemplo, os turcos. Acontece que a razão tem a capacidade de reconhecer muito bem quais os atos que causam danos e por isso devem ser proibidos e colocados sob punição.

Existe, um momento, porém, o dia do juízo final, em que o mal tem um fim, e então cessa também a autoridade, o rigor, a violência. Então, só resta o Reino de Cristo, em eternidade.

Para a compreensão da construção geral é importante manter em vista que Deus é o Senhor sobre ambos os reinos, embora de maneiras diferentes. No Reino de Cristo ele reina sem limites; a pregação do Evangelho permite que o cristão veja o coração de Deus; aqui Deus opera sua "obra própria". No reino do mundo, porém, Deus exerce o que lhe é uma "obra estranha" (opus alienum), esconde sua graça sob o rigor da violência da autoridade, ele se envolve, se "encarapuça" dentro dela.

Reino do Imperador	Reino de Cristo
Lei	Evangelho
Violência, rigor	Graça, perdão
"autoridade"	"coração"
razão	Sermão do Monte
provisório	eterno
o mal é reprimido	o mal desaparece
preservação	nova criação
Deus rege encoberto	Deus rege a descoberto

A esta situação de Deus corresponde a situação do cristão: Ele vive simultaneamente em ambos os reinos. (Isso vale apenas para o cristão, pois só ele conhece o Evangelho e a oferta da graça, que o coloca no Reino de Cristo. Todos os demais seres humanos vivem apenas no reino do mundo; sua situação é sem salvação, mas

relativamente simples). O cristão, por sua vez, precisa distinguir bem em qual dos reinos se encontra, quando age. Encontrando-se num cargo, numa função, ele não pode orientar-se pelo Sermão do Monte, não pode fazer o que mais gostaria, ou seja, perdoar, ser bondoso, ter consideração. Agindo como pessoa privada, pode fazê-lo. Se, por exemplo, for roubado algo do juiz, este pode perdoar o ladrão e dar-lhe, além do casaco roubado, também o sobretudo. Se, porém, no exercício de sua função lhe for apresentado um ladrão, tem que enforcá-lo. "Veja como tudo combina bem", escreve Lutero.

E, no entanto, na minha opinião restam grandes problemas. Um deles o próprio Lutero resolveu, e de uma maneira que se revelou catastrófica, na história. Penso no seguinte problema: O que acontece se a própria autoridade for "má". A limitação do maligno pelo poder da autoridade acontece de "cima" para "baixo". O que acontece, então, se aqueles que estão investidos de autoridade não se orientarem pela lei nem pela razão, mas agirem arbitrariamente, se eles mesmos causarem danos em vez de evitá-los? Um povo pode ou deve defender-se contra um mau príncipe?

Isso seria rebelião. Sabemos que Lutero a rejeita. Os maus príncipes terão que haver-se com a ira de Deus, ou seja, o povo tem que esperar até que desapareçam de cena. Até que isso aconteça só resta aos súditos sofrer pacientemente. Só o pregador tem a possibilidade de apelar para a consciência do príncipe. Se este não ouvir, não é permitido usar-se de qualquer meio contra ele. Contudo, os cristãos devem recusar-se a obedecer ordens que sejam más; e, neste caso, devem estar dispostos a sofrer mais uma vez. Erguer-se contra o príncipe não lhes é permitido.

Compreende-se agora por que os cristãos luteranos na Alemanha tiveram tanta dificuldade em se opor a Hitler. Sua consciência, marcada durante gerações pelos critérios de Lutero, não lhes permitia fazê-lo. Um grande passo foi dado quando Dietrich Bonhoeffer decidiu-se a colaborar, como cristão e teólogo, na preparação do atentado contra Hitler. Ao escrever: "quando um maluco dispara pela rua de carro, de um lado para o outro, atropelando gente, eu, como pastor, não posso apenas enterrar as vítimas e consolar os enlutados, mas preciso arrancar-lhe o volante das mãos" — ao escrever isto, Bonhoeffer desencadeava uma revolução no pensamento luterano. Acredito que essa revolução, esse grande passo não possa mais ser esquecido. Só que, para a época de Hitler, ele veio muito tarde. Se tivesse acontecido mais cedo, milhões de pessoas poderiam ter sido salvas. Mas o obstáculo que Lutero tinha erguido nas consciências era grande demais.

Existe ainda um outro problema: O que acontece se as próprias leis forem más, ou se elas se tiverem tornado insensatas e por isso causarem danos? O mundo se transforma — uma coisa que

Lutero ainda não podia ter imaginado. Por exemplo: a economia dos países industrializados floresceu com a ajuda do sistema da livre concorrência de empresas privadas. Esse florescimento, porém, foi atingido às custas da miséria das massas do proletariado. Essa miséria só pôde ser atenuada pelo surgimento do movimento operário, pela criação de sindicatos e a alteração da legislação vigente ou a criação forçada de novas leis. Os príncipes, enquanto existiram (1918), e os círculos econômicos dominantes fizeram todo o possível para barrar esse desenvolvimento. Lamentavelmente a igreja se encontrava do seu lado, de modo que o movimento operário na Alemanha se desenvolveu com um caráter hostil ou estranho à igreja. Isso não deve ser atribuído apenas a Karl Marx, mas principalmente à própria igreja! Ela não estava em condições de reconhecer como sensata e boa, uma transformação forçada de "baixo", pois aqueles que lá agiam não tinham uma "função", um "cargo", uma "autoridade".

Este problema é evidentemente mais abrangente do que o primeiro. Quando não é apenas uma pessoa má que abusa do poder de seu cargo, dando ordens más etc., mas quando o próprio poder da autoridade está amarrado a leis, a estruturas, a um sistema que é em si injusto e insensato, então não se trata mais de rebelião. Então, quer corra sangue quer não, trata-se de revolução: torna-se necessário um novo sistema total. A realidade do mal no mundo, da qual partiam as considerações de Lutero, exige não apenas sua limitação; às vezes exige também transformação. Os objetivos, porém, perseguidos por uma transformação, certamente têm algo a ver com o Evangelho.

A premissa de Lutero, de que não seria possível moldar o mundo com o auxílio do Evangelho, pertence àquelas coisas que devemos "desaprender".